

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Recurso (SF) nº 5, de 2018, do Senador Lindbergh Farias, *contra ato do Presidente da Mesa na sessão de 07 de março de 2018, na forma do art. 405 do RISF.*

Relator: Senador **JOSÉ MARANHÃO**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Recurso (SF) (R.S) nº 5, de 2018, por meio do qual o Senador LINDBERGH FARIAS recorre contra a decisão do Senhor Presidente do Senado Federal a respeito de questão de ordem apresentada por Sua Excelência na 25ª Sessão da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, ocorrida no dia 13 de março de 2018.

Naquela oportunidade, assim se manifestou o Senador LINDBERGH:

Sr. Presidente, eu tenho uma questão de ordem. É uma questão de ordem contra o ato do Presidente da Mesa, na sessão de 7 de março de 2018, na forma do art. 405 do Regimento Interno do Senado Federal. Na ocasião, quem estava presidindo era o Senador João Alberto. Era a votação daquele acordo comercial Brasil-Estados Unidos sobre céus abertos.

Inclusive, eu queria chamar atenção que, no dia depois da votação daquele acordo comercial que abriu a aviação brasileira à norte-americana, o Governo norte-americano, com Donald Trump, elevou as tarifas cobradas ao aço e ao alumínio brasileiro: 25% ao aço e 10% ao alumínio. O Brasil é o país mais prejudicado. É o segundo maior exportador de aço e alumínio.

Vai haver, inclusive, Sr. Presidente, um segundo ponto de pauta, que é um acordo de cooperação com os Estados Unidos.



SF/18935.03570-57

Eu sou autor de um projeto de decreto legislativo – já apresentei – para que a gente suste a aprovação desses acordos num momento como esse, porque o prejuízo para o Brasil é gigantesco.

Mas vamos lá, rapidamente falar da questão de ordem.

Sr. Presidente, na sessão deliberativa de 7 de março 2018, foi posto em votação e aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2018, que aprova o texto do acordo sobre transportes aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América. A matéria foi, inicialmente, como manda o Regimento, encaminhada para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a quem compete emitir parecer sobre proposições referentes aos atos e às relações internacionais.

Em 27 de fevereiro de 2018, foi aprovado o Requerimento de Urgência nº 54, de 2018, para que a matéria fosse apreciada na forma do inciso II, art. 336. Formalmente, o requerimento atendeu ao disposto no art. 338, inciso II. Todavia, descumpriu frontalmente dois dispositivos regionais. Primeiro, o art. 337 do Regimento Interno não permite que a urgência dispense o quórum. Segundo, o art. 172 limita a inclusão de matéria não instruída com parecer de comissão em duas situações. No caso, não ocorreu qualquer das duas situações previstas pelo art. 172, incisos I e II, alínea c, parte final de ambos, razão pela qual nem mesmo poderia ter sido apreciada a matéria, já que não houve descumprimento do prazo para a Comissão de Relações Exteriores emitir seu parecer nem há, no texto do tratado, qualquer regra que limite o prazo para manifestação pelo Brasil.

Assim é, que nem mesmo poderia ter sido submetida ao Plenário essa matéria.

Ademais, na sessão que deliberou sobre o PDS em apreço, somente estavam presentes no plenário algo em torno de sete Senadores. O Senador Requião pediu verificação de quórum, com o expresso apoio do Senador Paulo Paim, Senadora Vanessa Grazziotin... E do meu apoio.

O requerimento oral não foi aceito, por ter o então Senador que presidia a Mesa declarado que só havia dois apoios, quando, na verdade, havia os três necessários, conforme dispõe o Regimento Interno do Senado Federal.

Assim é que venho pedir que seja declarada nula a aprovação do PDS 5, de 2018, por não ter ocorrido nenhum dos dois requisitos previstos no art. 172 para sua aprovação.

Sucessivamente, que seja declarada nula a votação, em razão de não ter sido concedida a verificação de quórum requerida com os três apoios exigidos pelo Regimento Interno do Senado Federal.



Na 30ª Sessão da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, ocorrida no dia 20 de março de 2018, o Senhor Presidente assim se manifestou:

Eu gostaria de responder à questão de ordem que me foi formulada na semana passada pelo Senador Lindbergh Farias.

Eu falei que iria verificar o que teria acontecido no plenário, já que, como Presidente da Casa, estava o Senador João Alberto, que é o 2º Vice-Presidente aqui da Mesa.

Então, olhando os vídeos, informa-me e inclusive me passa a resposta a Secretaria-Geral da Mesa, que, como sabem os senhores, para que tenhamos uma verificação, é necessário que o autor tenha, pelo menos, mais três apoiamentos.

O art. 293, do Regimento Interno da Casa, é muito claro em relação a isso,

Então, no art. 293, inciso IV, diz exatamente o seguinte: *O requerimento de verificação de votação só será admissível se apoiado por [mais] três [outros] Senadores.*

Pela verificação, estavam presentes o Senador Requião, o Senador Lindbergh e, na sequência, chegou ao plenário a Senadora Vanessa levantando o braço e fazendo o apoio.

Faltava o quarto nome e o Senador João Alberto indeferiu, porque não tinha número suficiente – indeferiu, naquele momento, a verificação.

Portanto, com o devido respeito ao Senador Lindbergh, que levantou a questão de ordem, baseado nas informações e baseado no vídeo que me foi apresentado, com a conclusão da Secretaria-Geral da Mesa, eu indefiro a questão de ordem, podendo, obviamente, V. Exª recorrer, se quiser, à Comissão de Constituição e Justiça.

Irresignado, Sua Excelência apresentou o presente recurso, no qual reitera os termos da questão de ordem

II – ANÁLISE

Na forma do art. 408 do Regimento Interno do Senado Federal, *havendo recurso para o Plenário, sobre decisão da Presidência em questão de ordem, é lícito a esta solicitar a audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a matéria, quando se tratar de interpretação de texto constitucional.*

Cabe, então, proferir parecer sobre a matéria.



SF/18935.03570-57

Essencialmente, conforme se verifica do relato acima, argumenta o Senador LINDBERGH FARIAS pela nulidade da votação do Projeto de Decreto Legislativo do Senado (PDS) nº 5, de 2018, por dois vícios que teriam ocorrido na tramitação da matéria.

O primeiro porque a proposição teria sido incluída na ordem do dia sem estar instruída com o parecer da comissão competente, ao arrepio do que prevê o art. 172 do RISF.

Nesse ponto, não parece assistir qualquer razão ao recorrente.

Efetivamente, o texto do próprio dispositivo é claro, ao prever que o comando nele contido se destina a disciplinar *a inclusão em Ordem do Dia de proposição **em rito normal**, sem que esteja instruída com pareceres das comissões a que houver sido distribuída.*

Ora, não era esse o caso, uma vez que a matéria estava em regime de urgência e não em rito normal.

No caso da urgência, aplica-se o disposto no art. 346 do RISF, que determina que *os pareceres sobre as proposições em regime de urgência devem ser apresentados ... quando a matéria for anunciada na Ordem do Dia, no caso do art. 336, II.*

Esse comando foi estritamente cumprido, quando, após a aprovação do Requerimento (RQS) nº 54, de 2018, de urgência, na sessão do dia 1º de março de 2018, *anunciada a matéria, é proferido pelo Senador Antônio Anastasia o Parecer nº 21, de 2018-PLEN-SF, de Plenário, em substituição à CRE, que conclui pela aprovação do projeto.*

De sua parte, a apresentação do parecer estribou-se no inciso I do art. 140 do RISF que prevê que *os pareceres poderão ser proferidos oralmente, em plenário, por relator designado pelo Presidente da Mesa ... nas matérias em regime de urgência.*

Ou seja, quando o Plenário se manifestou sobre a proposição, no dia 7 de março subsequente, encontrava-se ela regimentalmente instruída, não havendo aqui, nenhum vício.

O segundo ponto levantado pelo recorrente refere-se a eventual vício ocorrido quando o Presidente da Mesa indeferiu o pedido de verificação de quórum, sob o argumento de que não havia apoio



suficiente para o seu deferimento, na forma do art. 293, IV, do RISF, que estabelece que *o requerimento de verificação de votação só será admissível se apoiado por três Senadores*.

Cabe, nesse ponto, transcrever as notas taquigráficas da sessão:

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, eu não me abstive, eu votei contra e quero ver se nós conseguimos apoio para pedir verificação de quórum, verificação de votação. Verificação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Não teve apoio.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Estão aqui: Vanessa Grazziotin, Lindbergh e Requião. Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Não tivemos o apoio.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Temos apoio, sim.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Precisaria de V. Ex^a e mais três, e nós não tivemos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Senador Paim, Vanessa.

Do transcrito e da mídia digital com a imagem e o som da discussão e deliberação da matéria, que consta dos autos, verifica-se que, conforme reconhece o próprio Senador ROBERTO REQUIÃO, autor do requerimento de verificação, apenas dois Senadores – VANESSA GRAZZIOTIN e LINDBERGH FARIAS – o apoiam no momento em que apresenta o pedido.

Há, é fato, referência posterior à presença do Senador PAULO PAIM. Essa referência, entretanto, é feita após o não recebimento do requerimento de verificação e, inclusive, como está na mídia, após o Senhor Presidente da Mesa ter chamado a próxima matéria da Ordem do Dia, tonando o registro da presença de Sua Excelência extemporâneo.

Ou seja, no momento em que se fez o pedido de verificação de quórum, não contava o seu autor com os apoios regimentalmente exigidos, obrigando o seu não recebimento.

Assim, também nesse ponto, nossa manifestação é pelo indeferimento do Recurso sob exame.



III – VOTO

Do exposto, votamos pelo não acolhimento do R.S nº 5, de 2018.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

